



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

A SITUAÇÃO DA
SEGURANÇA NA AMÉRICA
DO SUL E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA A
DEFESA NACIONAL



A situação da Segurança na América do Sul e suas implicações para a Defesa Nacional

Palestras

Evento realizado em 24 de junho de 2015

Palestrantes

Eduardo Siqueira Brick

Universidade Federal Fluminense

Antônio Jorge Ramalho da Rocha

Diretor do Instituto Pandiá Calógeras / Ministério da Defesa

Eurico de Lima Figueiredo

Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) / Universidade Federal Fluminense

Apresentação

O presente livreto tem como motivação disponibilizar para os acadêmicos interessados no tema e para a sociedade em geral assuntos debatidos na Escola Superior de Guerra durante o ano de 2015. Nossa instituição tenta, dessa forma, atender às recomendações definidas na Estratégia Nacional de Defesa no que se refere à divulgação do debate do tema defesa na sociedade. Como estrutura componente do Ministério da Defesa, a ESG busca alinhar-se às demandas do Estado brasileiro, buscando cumprir as ações estratégicas de defesa. Fiel ao princípio da diversidade de opiniões, nossa Escola convidou para a atividade três acadêmicos com posições diversas para tratar de tema tão próximo, associado ao nosso entorno estratégico.

Este evento fez parte de uma série de cinco “módulos temáticos” que tratam de assuntos considerados relevantes para a Defesa. O livro em questão apresenta a degravação de três palestras que abordaram o tema “A situação da Segurança na América do Sul e suas implicações para a Defesa Nacional”, realizadas na Escola Superior de Guerra (Campus Rio de Janeiro) em 24 de junho de 2015.

Como debatedores, além dos “estagiários” do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, foram convidados alunos e professores de instituições universitárias e pesquisadores envolvidos com a temática, de forma a ampliar a qualidade dos questionamentos.

Os esforços no sentido de caracterizar a prioridade estratégica para o subcontinente sul-americano implica não apenas ações diplomáticas, mas também atividades que envolvem o Ministério da Defesa, com implicações políticas, econômicas, tecnológicas e sociais. A ação integrada do estado brasileiro se faz presente nas ações concretas que têm como objetivo a construção de uma identidade sul-americana, onde a cooperação tem papel fundamental para criação um ambiente de confiança mútua entre os países vizinhos. Refletir sobre a relevância do fortalecimento dos laços entre os países da região e as estratégias para se alcançar esses objetivos é uma das metas do evento. Boa leitura.

SUMÁRIO

Palestra do Prof. Eduardo Brick

A Base Logística de Defesa e sua Relevância para a Defesa Nacional no Contexto Sul-

Americano6

Palestra da Prof. Antonio Jorge Ramalho da Rocha

Aspectos relevantes da (in)segurança 16

Palestra do Prof. Eurico de Lima Figueiredo

Aspectos políticos e ideológicos na América do Sul e a Defesa Nacional 26

Palestra do Prof. Dr. Eduardo Brick
Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Universidade Federal Fluminense

**A Base Logística de Defesa e sua Relevância para a
Defesa Nacional no Contexto Sul-Americano**

Entendi que o principal objetivo deste seminário consistiria em reunir ideias para serem apresentadas como contribuições para as novas Política e Estratégia de Defesa.

As principais questões que iremos tratar são: Quais são os instrumentos estratégicos da defesa que devem ser objeto da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa?

Já adianto que um deles é a Base Logística de Defesa (BLD), cujas questões que suscitam reflexão são:

Qual a situação atual dessa Base Logística de Defesa? A pergunta, que engloba a indústria de defesa, não pode ser olvidada, pois, ao se planejar algo deve-se, antes identificar a situação atual.

Quais são as condições minimamente necessárias para o desenvolvimento e a sustentação dessa Base Logística de Defesa? Condições essas que, se você não atender em um mínimo, não poderá atingir os resultados propostos.

Ao se tratar das principais premissas para o planejamento da defesa, está-se falando da indústria de defesa, de qual deve ser o objetivo para a Base Logística de Defesa na nova Política Nacional de Defesa e qual deve ser a estratégia para desenvolver e garantir a sustentabilidade dessa Base Logística de Defesa, vale dizer, qual seria a estratégia para alcançar algum objetivo nesse campo.

O instrumento para a análise apoia-se no modelo da *Rand Corporation*, que foi desenvolvido por volta dos anos dois mil para avaliar poder nacional. Consiste em três componentes.

A primeira parte, basicamente, representa o *poder potencial* do país. A segunda chamada de *national performance*, na realidade compreende vontade política, capacidades política, de gestão, de planejar e de empreender, vale dizer, chegar a um resultado concreto.

Então nós estamos falando de uma capacidade de fazer uma política e uma estratégia que sejam de fato funcionais, cuja consequência será, em última instância, a geração de capacidade militar. Trata-se da capacidade de converter recursos estratégicos, gerando proficiência de combate.

Nesse contexto, faz-se necessário delimitar o que seria o recurso estratégico nesse modelo da *Rand*?

Primeiro o orçamento de defesa, pois sem orçamento de defesa não existe defesa. Isso parece óbvio, mas é bom ressaltar. Segundo, basicamente, efetivos militares, meios militares, forças armadas. Em terceiro, estão as instituições de pesquisa, desenvolvimento e teste e avaliação de combate da base industrial de defesa, ou seja, a base logística de defesa.

A consequência disso é o seguinte: não é possível ter defesa efetiva (poder) sem que haja um equilíbrio na construção da capacidade operacional e essa capacidade industrial e de inovação. Não existe possibilidade. Já não existia na Segunda Guerra Mundial, não existe hoje, e, cada vez mais, no futuro, será cada vez mais vital e mais estratégica até do que a segunda.

Outra consequência disso é que a defesa nacional depende fundamentalmente de dois instrumentos que são igualmente importantes: primeiro as Forças Armadas, que seria a expressão operacional militar do poder; e segundo a base logística de defesa, que é a expressão industrial, científico-tecnológica do poder.

Base Logística de Defesa não é Força Armada. É completamente diferente. Então, esses seriam os dois instrumentos: as Forças Armadas com a capacidade operacional para realizar as missões; e a Base Logística, a capacidade industrial e de inovação para aparelhar e manter as Forças Armadas em funcionamento.

Basicamente a primeira é majoritariamente militar e a segunda de gestores (de programas, de projetos etc.), cientistas e engenheiros.

Passemos a uma definição de logística: é um “sistema estabelecido para criar e sustentar capacidade militar” (PEPPERS). Logística é na realidade tudo o que não seja tático, estratégico, digamos assim. Na realidade, se pensarmos bem, noventa e nove por cento do que o Ministério da Defesa faz é logística. As operações ocorrem em uma escala muito menor. O que mais se faz é logística, em um trabalho contínuo para criar e sustentar a capacidade militar. Entretanto, apesar disso, não recebe a mesma importância daquela primeira, ainda mais aqui no Brasil.

Entretanto, existem várias logísticas. De acordo com Stone Falcon existe uma logística de aparelhamento, uma pequena logística, de operação, ou do consumidor, que consiste, essencialmente, em movimentação, abastecimento e manutenção de forças militares, de sustentação da capacidade. Mas a *big* logística, do aparelhamento do produtor, é a *economia de guerra* incluindo: mobilização industrial, pesquisa e desenvolvimento, financiamento da aquisição, recrutamento, treinamento, teste e avaliação de combate, tudo aquilo relacionado a atividades militares que não seja tática nem estratégica, ou seja: a criação da capacidade.

A *Base Logística de Defesa* foi um conceito que criei antes de ter lido esses autores americanos. Achei que seria uma proposta racional, consistindo em um agregado de capacitações tecnológicas, materiais e humanas, com o cunho de um todo orgânico, um sistema, necessário para desenvolver e sustentar a expressão militar, operacional, do poder já que a base logística não é operacional, mas é militar, uma capacidade militar.

Isso também é importante, pois está profundamente envolvido no desenvolvimento da capacidade industrial do país, termo de alta tecnologia. Então, a Base Logística de Defesa tem essa dupla importância: ela é instrumento de defesa e ela é instrumento de indução de capacidade industrial e tecnológica, de produtos de alta tecnologia e alto valor agregado.

Então, a parte voltada para produtos de defesa, especificamente, tem vários componentes: as estruturas industriais de CT&I e de apoio logístico, que coincidem, basicamente, com a definição de base industrial de defesa, no Ministério da Defesa; e as estruturas de inteligência tecnológica da defesa, que a exiguidade de tempo não permite maiores explanações, financiamento de defesa, mobilização para a defesa, comercialização de produto de defesa, infraestrutura de gestão e um arcabouço regulatório do governo.

A Base Logística de Defesa é um instrumento da defesa, ele é responsabilidade do

Estado. Observo no Ministério da Defesa a preocupação de que “nós temos que apoiar a indústria de defesa!” Ocorre que não se trata, apenas, de apoiar a indústria de defesa. É mais do que isso, pois o Ministério da Defesa é “responsável”, assim como é responsável pelas Forças Armadas, o que cria uma situação muito diferente.

Essa capacidade industrial na realidade é um conjunto de tecnologia e infraestrutura produtiva, basicamente bens de capital, para gerar produto de defesa, gerar insumos para produtos de defesa. Grande parte desses insumos tem uso dual¹.

Retornando às questões que orientam essa explanação, analisaremos as condições minimamente necessárias para o desenvolvimento e a sustentação da indústria de defesa.

Os grandes problemas estão relacionados à governança, em relação às instituições e à gestão, o que, também, é um dos grandes problemas do Brasil. Além disso, existe a questão da alocação do orçamento, de como se aloca o orçamento.

Os requisitos essenciais seriam a governança, a cultura organizacional, os recursos humanos e o orçamento. Governança, pois é necessário que existam instituições adequadas em termos de organização, processo prático e cultura organizacional. E a cultura organizacional tem muito a ver com o que a organização faz. Uma organização realiza aquilo que está estruturada para fazer. Se for fazer outra coisa, haverá um certo conflito. Recursos humanos qualificados e nas quantidades mínimas necessárias também é outro requisito. Para tanto também deve estar previsto orçamento de defesa adequado para a criação e a manutenção dos recursos estratégicos que são as Forças Armadas. Finalmente, outro requisito fundamental é a alocação de percentual fixo do orçamento para a base logística de defesa, o que já é uma prática internacional. Deve ser destinado um percentual do orçamento à aquisição e inovação, o qual deve ser suficiente para desenvolver e sustentar a Base Logística de Defesa. Seria, no mínimo, vinte e cinco por cento do orçamento da Defesa. Não existe jeitinho, ele não resolve problemas complexos.

Em relação à governança, é importante entender que para haver eficiência e eficácia são necessários três atributos: 1) *responsabilidade pelo resultado*, ou seja, atribuir a uma pessoa a responsabilidade pelo resultado; 2) *autoridade*, que significa a atribuição de poder de usar os recursos necessários para alcançar o resultado; e 3) *imputabilidade*, que consiste em prestar contas pelo que faz e deixou de fazer. Considero que o pior, nessa questão, diz respeito ao não fazer. Sem isso, nada funciona corretamente.

Outra questão, ainda nesse contexto, trata do contraponto entre *eficiência virtuosa* e *eficiência perversa*. Na primeira, o problema é resolvido com o menor gasto possível de recursos, mais eficiente, portanto. A outra, consiste em focar na maximização da eficácia, sem a preocupação com o dispêndio dos recursos disponíveis, ou seja, com a eficiência.

Entretanto, existem situações em que se deve aceitar a eficiência perversa. Em combate vale tudo, evidentemente. Isso faz parte da cultura organizacional. Em combate, você faz o que é possível, você joga pedra, usa faca, faz qualquer coisa. Naquela hora ali você não pode

¹ A palavra *dual* adquire significado, apenas, em termos de *capacidade industrial*, podendo ser admitida para o caso de alguns *insumos*. Não pode ser admitida para *produto*.

discutir, certo? Missão dada é missão cumprida, todo mundo conhece essa frase, quando não se pode fazer o que se deve, deve-se fazer o que se pode.

A eficiência perversa possui muitos enunciados. Se na guerra pode até ser válida, na logística a eficiência perversa é catastrófica, não funciona. Não adianta dizer: coloque um homem na lua, construa um submarino nuclear, isso não é missão que se possa dizer. Não pode ser assim. É muito mais complexo do que isso. Então, entre as causas de eficiência perversa, estão as políticas e estratégias mal formuladas, aquelas não levam em consideração os recursos existentes, tanto financeiro quanto humanos.

Os objetivos e metas têm de ser compatíveis com os recursos, senão você gera eficiência perversa. E, também, a atribuição de responsabilidade e de autoridade sobre os problemas. Cada responsável deve deter a quantidade de recursos suficiente para resolver o problema, pois, embora a quantidade total de recursos possa ser suficiente, uma má distribuição de responsabilidades, autoridades e recursos pode gerar dispersão, sobreposição etc. E, dessa forma, ninguém irá alcançar os resultados. A consequência será o desperdício dos recursos, sem os resultados pretendidos – um desperdício total. Vale ressaltar que a obra mais cara no mundo é a obra inacabada.

Sobre a questão da governança, em termos de Defesa, existem duas estruturas, normalmente separadas: uma que cuida da Base Logística de Defesa; e outra das operações. Apoiei-me no caso da França e dos Estados Unidos. Poderia ser da África do Sul, Inglaterra, Índia, China, pois todos são mais ou menos parecidos.

Observe-se o modelo do Departamento de Defesa Americana, a *Defence Acquisition University*. O Secretário de Defesa tem um subsecretário de aquisição, tecnologia e logística. Existe ainda um subassistente dele. Abaixo dele você tem uma universidade para formar recursos humanos. E nas forças também tem alguma coisa: Universidade das Forças Armadas. Eu estudei nessa universidade. Os recursos humanos que são qualificados para trabalhar em logística de defesa nos EUA recebem esse tipo de formação. É um sistema muito objetivo, voltado para resolver problema.

Verifiquemos a quantidade de pessoas que o sistema estadunidense dispõe. A esse universo é dado o nome de *Defence Acquisition World Force*. Nos Estados Unidos são mais de cento e cinquenta mil pessoas que trabalham no sistema de aquisição, sendo mais de noventa por cento civis. E todos eles com o tipo de formação adequada que o trabalho exige. No Brasil não existe esse tipo de formação em nenhum lugar, muito menos no Ministério da Defesa.

Passemos ao modelo da França. Recentemente houve uma grande redução de orçamento. Na França, durante a década de sessenta, quando resolveu criar sua própria base logística de defesa, o então presidente De Gaulle criou a DGA², com 5,4% do orçamento. Até mil novecentos e noventa e cinco, depois de alguns cortes, ainda era um percentual grande, 2,22%. Com um percentual muito grande desse orçamento voltado para aquisição e para formar a Base Logística de Defesa. Não existe mágica. Se não fizer isso, não

² Direction Générale de l'Armement (DGA) – órgão do Ministério da Defesa francês.

será possível criar uma Base Logística de Defesa.

No caso francês, o orçamento de Defesa está caindo, vai cair e vai chegar até 1,15% do PIB em 2025. Essa é a tendência. Então, não adianta esperar que o orçamento vá aumentar, porque não vai. Não existe possibilidade disso. É uma tendência mundial. Então, os gestores da defesa devem planejar levando em conta essa realidade.

E como orçamento lá está distribuído? A realidade que se apresenta é a seguinte: despesas de aquisição estão aumentando, despesas com pessoal está diminuindo. A solução encontrada foi a seguinte: para preservar a capacidade operacional, a França, mesmo com o orçamento diminuindo, está aumentando as aquisições e reduzindo o pessoal para se enquadrar no orçamento.

No Brasil, queremos resolver o problema. A situação atual é a seguinte: financiamento inadequado. É impossível sustentar a Base Logística de Defesa sem demanda e sem financiamento do Estado. As empresas não podem ser deixadas à própria sorte, achando que elas, sozinhas, vão resolver o problema da defesa, pois não vão. Houve um pico do ciclo econômico, quando foram tomadas medidas que incluíram a compra de caminhões para o Exército, alguns Astros etc. e tal. Na realidade, o percentual alocado para as aquisições ficou sempre na base de cinco, seis por cento. Totalmente insuficiente. Teria que ser no mínimo vinte por cento, sendo muito modesto. No caso do Brasil, como estamos mais atrasados deveria ser quarenta, cinquenta por cento, provavelmente.

A situação brasileira é agravada ainda mais pela aquisição majoritária de produtos de defesa do exterior. Temos um percentual grande, uma dependência grande do exterior. Se considerarmos o gasto no exterior mais a dívida, que os analistas não prestam atenção, em relação ao total do orçamento de defesa, afigura-se como um valor grande, na faixa de seis, sete por cento, que é mais ou menos o valor dos investimentos e aquisição, mais ou menos na mesma ordem de grandeza, praticamente quase tudo é comprado do exterior.

Também existe o problema do déficit tecnológico brasileiro. Existe um órgão, a PROTEC³, que faz um levantamento do saldo comercial de produto com alta densidade tecnológica, saldo comercial de produto de média e alta densidade, saldo comercial de serviço tecnológico. São avaliados os setores aeroespacial, de aeronáutica, de máquinas, equipamentos etc., basicamente todos os envolvidos com produtos de defesa. Levantei esses dados. Até setembro de 2012, o déficit tecnológico era de oitenta e um bilhões de reais. Hoje, está na ordem de cem bilhões, mais ou menos. Esse déficit está piorando. Então, em uma dimensão institucional, a estrutura de governança atual é inadequada. As políticas e ações são dispensadas por vários Ministérios e o produto final pode estar relacionado ao modelo já visto da eficiência perversa.

No Brasil, não existe o responsável pela Base Logística de Defesa. Observando-se a estrutura brasileira, no MD existem diversos órgãos na área de logística e de mobilização.

³ A PROTEC é uma associação civil em prol da inovação tecnológica nacional, que tem como objetivo estimular, fomentar e mobilizar os diversos segmentos da sociedade e do poder público em toda e qualquer atividade que promova a pesquisa e o desenvolvimento de inovações tecnológicas realizadas no País, procurando elevar a competitividade e a eficiência das empresas em geral na produção de bens, processos e serviços.

Acontece que existem também no MDIC, no MCTI, no próprio MRE e no Ministério da Educação, estruturas com atribuições e responsabilidades relacionados à Logística de Defesa. O diálogo entre essas estruturas também não é o mais fluido.

O orçamento, dessa forma, está distribuído entre todos esses ministérios. Se observarmos o próprio Ministério da Defesa, verifica-se que ocorre o mesmo. Na realidade, ainda temos as forças, que funcionam, praticamente, como ministérios. A ação está pendurada em cada força. Não existe uma ação coordenada de uso da Base Logística de Defesa para o Ministério da Defesa como um todo. A coordenação é muito fraca. Ou seja, uma grande dispersão de responsabilidade e autoridade que é uma causa primária de eficiência perversa.

Com relação a recursos humanos, a força de trabalho é inadequada, em quantidade e qualificação. Pode até ter quantidade. A massa crítica está toda espalhada.

A estratégia para a implementação de uma Base Logística de Defesa envolve dois processos. Primeiro, o preparo da entidade. Todas as definições estratégicas que vejo falam muito em uso da força, uso do poder. Mas, e o preparo do poder? Quem pode usar poder é quem tem poder. O poder em si é uma coisa, demora décadas para construir, ao passo que o uso do poder passa por decisões que são desencadeadas, efetivadas em algumas semanas, um mês. A construção do poder é uma questão de Estado. Seu uso é um problema de governo. Então, são coisas muito diferentes. A montagem da estrutura dos meios de poder e o uso do poder são atividades muito distintas que requerem instituições, processos de trabalho e profissionais com características também muito distintas.

Ultimamente, tenho usado a metáfora do ator cinematográfico para explicar isso. Gosto do personagem “007”, pois todos o conhecem, o que ajuda no entendimento. *James Bond* seria o protótipo operacional, o operativo militar, o cara que sabe fazer as coisas. Mas se eu perguntar sobre o personagem “Q”, alguns sabem, mas a maioria não se lembra⁴. O “Q” é a estrutura que permite a *James Bond* ser o que ele é, o cara que produz aquelas traquitanas. O “Q” é a Base Logística de Defesa. Entretanto, não se pode mandar o *James Bond* tomar conta da Base Logística de Defesa, nem mandar a Base Logística de Defesa fazer a operação.

Em relação à situação geopolítica da América do Sul, a Estratégia de Defesa do Brasil é a dissuasão, com total integração com os países da UNASUL. Assim, nós não temos ameaças na América do Sul, nós temos aliados.

As ameaças poderiam ser países com elevado grau de poder aeroespacial e naval. Bom, evidentemente não pode ser a China ou a Rússia, porque evidentemente o outro lado – a OTAN – não permitiria isso. E também não é plausível que o Brasil seja, no médio ou no curto prazo, pressionado pelos EUA ou pela OTAN. Então, na realidade, se a gente pensar bem, existe uma grande janela de oportunidade que pode durar até algumas décadas que permite o desenvolvimento da Base Logística de Defesa. E, aproveito a oportunidade para enfatizar, esse é um instrumento necessário. Se não a desenvolvermos, não teremos defesa,

⁴ Q (pronunciada como qíú) é uma personagem criada pelo escritor britânico Ian Fleming, existente nos livros e filmes de *James Bond*.

na realidade. Isso é importante.

O realismo no planejamento. Planejamento tem que ser obrigatoriamente compatível com os recursos humanos e financeiros disponíveis no horizonte contemplado. Caso contrário, a eficiência perversa se torna a única alternativa viável, possível. Então, o primeiro ponto que surge, é saber claramente a realidade em termo de recursos que poderão ser usados. Normalmente, nós fazemos primeiro o planejamento, explicitando o que se deseja e só depois vamos ver onde a gente vai buscar o recurso, e às vezes isso não dá certo. Isso pode ser válido para pequenos projetos, mas para projetos mais complexos é difícil. Então, o que pode ser feito?

A limitação de recursos financeiros ou humanos é uma realidade no mundo inteiro, não apenas no Brasil. No Brasil, certamente as demandas exigidas pela sociedade são muito maiores, considerando que há necessidade de maiores investimentos sociais. Essa é uma realidade que vai afetar o desenvolvimento da Defesa nos próximos anos. Dessa forma, não adianta esperar que a situação vá melhorar no curto prazo. Observo há sete anos o Ministro da Defesa prometendo lutar por um orçamento de 2% do PIB, mas com o passar do tempo esse percentual está caindo em vez de aumentar. Era 1,5% e já está em 1,3%. E é natural que seja assim. Por essa razão, esse aspecto tem que ser levado em conta na hora de planejar. Outro ponto importante a considerar é que os meios de defesa ficarão obsoletos em prazos cada vez menores. Logo, não é sensato investir em grandes quantidades de ativos em defesa se o recurso é limitado, se você não tem uma ameaça proeminente, se não você vai ficar obsoleto rapidamente. Ou seja, os desafios impostos pela política e pela realidade brasileira não podem ser vencidos com “mais do mesmo”. Dificilmente se conseguirá resolver esse problema funcionando do jeito que estamos funcionando. Então o que seria estratégico? Do ponto de vista estratégico, o mais importante, do que possuir um estoque de sistemas de combate é ter capacidade de conceber e desenvolver novos produtos e sistemas de defesa de forma permanente e continuada. Então, o desenvolvimento e a sustentação da Base Logística de Defesa deve ser prioridade para as próximas décadas, prioridade a ser expressa na Política Nacional de Defesa.

Agora vamos aos “finalmente”, pois esses foram os “entretanto”. Política é entendida como o resultado mensurável a ser alcançado. Política não é uma generalidade, política é um resultado, um estado que se deseja alcançar, que se possa medir. Isso implica objetivos e prazos bem definidos. Objetivos que possam ser alcançados com recursos políticos. Nesse sentido, dentro dessa linha de raciocínio, minha proposta de ação pode ser definida assim: o primeiro objetivo a ser alcançado, em um prazo sugerido de vinte anos, seria ter uma capacidade para suprir necessidades e meios, produtos, serviços e recursos humanos para as forças armadas sem dependência de forças externas e sem suprimentos sujeitos a restrições de acesso. Não é factível o país ser totalmente independente, mas é preciso ser independente naqueles produtos e serviços que o Brasil tem, atualmente, que pedir permissão para usar. Nessas capacidades, o país tem de ser autônomo. Dessa maneira, parece que este seria um objetivo “importante” a ser alcançado. Esse é o “piso”, o padrão mínimo. Devemos ser capazes de fazer isso, mesmo com auxílio externo. Depois, em uma

segunda fase, o País tem que ser capaz de avançar. Deve ter capacidade de inovar e produzir processo e organização, de forma a criar superioridade estratégica para garantir dissuasão contra quaisquer atores no sistema internacional. O Brasil deve ser capaz de dissuadir qualquer possibilidade de imposição de vontades externas. E isso só se consegue com inovação. O país tem que passar do ponto de produzir coisas e atingir o nível de ser capaz de inovar, de gerar o novo, deve possuir uma Base Logística de Defesa forte. Mas qual seria um esboço de uma estratégia? De novo, o que entendo de estratégia é um caminho factível compatível com os recursos disponíveis e eficaz, capaz de resolver os problemas para se alcançar objetivos da política nos prazos definidos.

Outro ponto a ser entendido é que a limitação de recursos financeiros e/ou humanos torna inevitável priorizar e estabelecer *trade-offs*⁵ entre efetivos, organização, quantidades de meios e instalações e capacidade industrial e tecnológica. Não há como escapar disso. O primeiro ponto seria alocar, no mínimo, 25% do orçamento da defesa para a Base Logística de Defesa. Isso é questão de decisão! Não precisa aumentar o orçamento. Uma decisão política, no mínimo 25% do orçamento. Eu acho que deveria ser até mais, mas vamos dizer que seja o mínimo, reservado para aquisições e inovações de Produtos de Defesa (PROD) de modo a desenvolver, começar a desenvolver, a base logística de defesa em termos sustentáveis. Segundo ponto, as instituições. Há necessidade de um ente estatal único com responsabilidade, autoridade e imputabilidade para desenvolver e sustentar a capacidade industrial e de inovação para a Defesa Nacional. “Um dono único para a Base Logística de Defesa”. Um órgão com burocracia própria no âmbito do MD, independente das Forças Armadas. Eu considero isso fundamental. Com responsabilidade e autoridade total para aquisição e inovação, assim como pelo desenvolvimento de novos produtos. Isto é uma atividade completamente diferente do que existe hoje. Terceiro, recursos humanos. A gestão da Base Logística de Defesa necessita de uma burocracia com carreira própria, independente e estável, capaz de enfrentar os desafios de sua construção, sustentação e aprimoramento. Existe na Estratégia Nacional de Defesa a proposta de criação da carreira de especialista de Defesa. Entretanto, até a presente data não foi dito qual é a formação e a experiência que os componentes dessa carreira devem ter. Por isso, é preciso definir. Ao olhar para o que acontece no mundo, observa-se claramente qual é a formação necessária. Infelizmente, não é o que estamos fazendo no Brasil, nós estamos incentivando outro tipo de formação.

Finalmente, resumindo tudo isso em uma coisa mais pragmática, deve ser dada prioridade absoluta pra garantir a sustentação da Base Logística de Defesa. Inicialmente por meio do desenvolvimento continuado de novas tecnologias, de novos insumos críticos para os produtos de defesa, da capacitação industrial de defesa com carga contínua, da produção de pequenos lotes por períodos prolongados. Não adianta fazer uma grande quantidade e

⁵ **Trade-off** ou **tradeoff** é uma expressão que define uma situação em que há conflito de escolha. Ele se caracteriza em uma ação econômica que visa à resolução de problema, mas acarreta outro, obrigando uma escolha. Ocorre quando se abre mão de algum bem ou serviço distinto para se obter outro bem ou serviço distinto.

depois passar cinquenta anos sem comprar mais nada. Isso só é possível se houver iminência de guerra. Fora isso, não seria sensato. Devem ser buscadas, também, parcerias estratégicas para aumentar a demanda de produtos de defesa fabricados aqui e para garantir oferta de insumos críticos. O Brasil tem feito isso muito bem. Aliás, esta é uma área em que nossa política tem funcionado muito bem: atualização tecnológica, modernização contínua dos produtos já adquiridos pelas Forças Armadas. Todavia, isso também envolve inovação, envolve sustentação da indústria e manutenção dos produtos e condições de pronto emprego, envolve garantia e disponibilidade pela própria indústria, de maneira a poder ajudar a sustentar a própria indústria.

Caso estejam interessados, no Portal do UFF Defesa⁶ existe muito material que trata sobre os “entretanto”. Se alguém quiser ter mais informação, o *site* disponibiliza vasto material de autores brasileiros e internacionais. Há um relatório de pesquisa em engenharia da produção da UFF bastante interessante. Existe ainda uma seção do portal sobre logística de defesa, além de diversos artigos produzidos pela equipe que parte do Portal.

Para finalizar, vou apresentar a organização da DAU: *Defence Acquisition University*, estrutura dos EUA. A universidade é composta de vários *campi*, que no conjunto, são os responsáveis por formar as cento e cinquenta mil pessoas que compõem a estrutura estadunidense. Cada campus compõe-se de escolas e colégios, como o de gestão de contratos, o de gestão de sistemas de defesa, entre outros. Outro modelo que merece ser olhado com atenção é o da *Cranft Defense Security*, da Inglaterra. É um programa de gestão de aquisição. Mais um modelo inglês a ser apresentado, o *System Division Defence*. Cito também o caso do *Industrial College of the Armed Forces*, escola do *Eisenhower School*, voltada para a Base Logística de Defesa dos Estados Unidos.

Finalizo minha apresentação dizendo que todos os modelos apresentados desenvolvem atividades que nós não estamos fazendo aqui. Minha intenção com isso é conhecer os casos bem sucedidos antes de montar nossa estrutura. Pode ser que não se consiga fazer igual, mas dá pra desconfiar que, pelos resultados auferidos, algo de bom pode ser aproveitado.

Espero, com isso, ter lançado uma semente de reflexão sobre um tema fundamental para o desenvolvimento de uma Base Logística de Defesa que pode funcionar a nível regional.

Muito obrigado.

⁶ Endereço eletrônico do Portal UFF Defesa: <http://www.defesa.uff.br/>

Palestra do Prof. Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha

Instituto Pandiá Calógeras
Universidade de Brasília

Aspectos relevantes da (in)segurança na América do Sul

Quero inicialmente agradecer imensamente a honra do convite para vir aqui aprender com os colegas e compartilhar com os senhores uma visão, uma reflexão sobre o tema que recebi e para o qual me preparei. É o tema que dá título ao seminário: “Situação de Segurança na América do Sul e suas implicações para a Defesa Nacional”. Um tema de enorme complexidade. Louvo a Escola Superior de Guerra e o Centro de Estudos Estratégicos, na pessoa do General José Eustáquio Nogueira Guimarães, pela identificação desse assunto, um tema difícil de refletir. É possível se fazer um curso inteiro em torno disso. E aqui o que eu vou fazer é muito mais me concentrar numa visão pessoal, já que eu sei que a Escola privilegia a liberdade de pensamento e o diálogo.

Então, eu não trago aqui nenhuma visão oficial do Ministério da Defesa. Pode haver coincidências entre a política e questões específicas que irei abordar, mas o que eu estou apresentando é de caráter pessoal e em um ambiente acadêmico. Ou seja, entendo que o melhor momento desta sessão será o de debates. Então, na verdade eu procurei reunir uma série de elementos que nos ajudam a enxergar esse tema complexo um pouco de cima. Tentarei apresentar uma visão de conjunto e refletir sobre quais são as implicações para a nossa Política de Defesa de um lado e, de outro, identificar o que já vem sendo feito no sentido de avançar na Política de Defesa, especialmente no caso da América do Sul, com a experiência que eu começo a ter agora - dentro de um par de semanas deverei assumir em definitivo as funções de Secretário-Geral da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) - o que é um passo na direção de buscar criar uma cultura de defesa comum na América do Sul, uma identidade de defesa comum, ou, pelo menos reforçar certos princípios que já informam a relação entre os nossos países de forma tradicional.

Assim, queria deixar esse agradecimento muito sincero. Considero sempre uma honra, assim como o Prof. Brick disse, venho para cá com um profundo sentido de responsabilidade e creio que o que eu posso fazer melhor para os senhores é provocá-los a reflexões e a um debate que vai se seguir.

Quando se olha a América do Sul, e eu basicamente vou me ater aqui a uma visão de segurança nacional do ponto de vista tradicional, não estou falando do conceito mais amplo de segurança, por exemplo, aquele que se adotou a partir das reuniões da OEA no âmbito hemisférico, que inclui AIDS, pobreza extrema, desigualdade e segurança humana. Eu vou lhes trazer uma palavra sobre segurança humana, mas o foco principal tem que ver com a percepção tradicional das questões de segurança ou segurança nacional, a interação, a possibilidade de conflito entre soberanos. É isso que nos motiva, é isso que define, fundamentalmente, a razão de ser das Forças Armadas. É para isso que nos preparamos, inclusive com a Base Logística de Defesa, como disse o Prof. Brick.

A América do Sul, nesse sentido, é uma região marginal aos principais processos de segurança internacional no mundo. Não é de hoje. Há muito tempo a América do Sul está à margem e isso tem sido positivo para nós. Nós não nos envolvemos diretamente nos principais conflitos internacionais. A lembrança da 2ª Guerra Mundial deve subsidiar nosso trabalho, de forma a estarmos preventivamente preparados, pois nada impede que sejamos envolvidos de novo em conflitos mundiais. Mas, no dia a dia, e vou aqui fazer a ponte com o

que disse o Prof. Brick anteriormente, nós temos uma enorme janela de oportunidades. Ainda temos pela frente algumas décadas para nos programar, felizmente.

Estivemos por muito tempo à margem, continuaremos à margem, mas não sabemos por quanto tempo, quando se fazem as projeções, como nós trabalhamos com os próximos 30 ou 40 anos. As projeções demográficas, a elevação da demanda, principalmente por água, por alimentos e por recursos energéticos. Uma região como esta que detém, grosso modo, 26% das reservas de água doce do mundo, 6% da população e, o mais importante, o Brasil deve ultrapassar, nos próximos dois anos, os Estados Unidos como o principal exportador de alimentos no mundo. Toda a região olha para o que é a Argentina, o que faz o Uruguai, o que faz o Paraguai. Do ponto de vista da produção de alimentos, essa é uma região que se torna cada vez mais, por assim dizer, um celeiro do mundo. Esses ativos vão ser cada vez mais escassos, nós sabemos como a humanidade costuma se comportar em situações de escassez e se nós não tivermos capacidades para dissuadir ameaças, nós seremos presa fácil de maneira muito objetiva. Acho que aqui, estou pregando para convertidos, o que quer dizer que sinto que a plateia já percebe essa necessidade. Acho que todos nós aqui entendemos as Forças Armadas, não preciso convencer ninguém disso. Infelizmente não é esse o senso comum na nossa sociedade. A sociedade brasileira vive uma contradição, de ser uma sociedade profundamente violenta e se perceber como uma sociedade e como um país pacífico, porque a nossa tradição de Relações Internacionais é pacífica e não é um fenômeno que decorra apenas da nossa prática. Isso decorre também da prática dos nossos vizinhos.

Esta região do mundo, a América do Sul em particular, aprendeu a se manter um pouco à margem de conflitos internacionais desde o tempo em que era colônia. O Tratado de Madrid, em seu famoso artigo 21, por inspiração de um santista, um brasileiro, chamado Alexandre de Gusmão, coloca a sugestão e transforma isso na letra da lei, que eventuais conflitos havidos entre os soberanos na Europa não deveriam necessariamente ser trazidos para os seus territórios de além mar. Portanto, desde meados do século XVIII, que nesta região do mundo se aprendeu a tentar insular-se das guerras européias. Aquilo que Washington, em seu discurso de despedida, procurou deixar, de uma maneira muito clara, como diretriz para a Política Externa americana: não se envolver em conflitos alheios, manter a atenção nos interesses de uma nação que então se consolidava e o interesse dessa nação em comercializar com todos, porque somente isso lhe daria uma demanda suficiente para se consolidar como uma base econômica. Essa mensagem de Washington já era praticada pela elite crioula dessa região do mundo, da América do Sul.

Então isso não é uma coisa nova, nós temos alguma experiência com esse exercício de tentativa de nos manter relativamente distantes dos conflitos internacionais, mas, como disse antes, quando olhamos para o futuro percebemos que a possibilidade de que a América do Sul se torne objeto de interesse de potências alheias a esta região é crescente e a probabilidade é de que esse interesse aumente. E, também sabemos como a História trata aqueles que não se preparam para se defender. Então, como disse, não vou aqui pregar para convertidos. Posto que temos carências de recursos, como não preciso também reprimir, é preciso saber que nós não temos pouca opção a não ser cooperar uns com os outros.

Essa tradição, digamos, pacifista-legalista traz uma série de fatores que explicam a relativa ausência de conflitos entre os Estados-nacionais da América do Sul. O último grande conflito que nós tivemos foi a Guerra do Chaco, que agora, há oitenta anos, no mês passado, completou o seu término, sua negociação. Foi a última grande guerra da região. Depois, tivemos algumas pequenas rugas que foram, também, resolvidas pacificamente. Quando se olha para o mapa da América do Sul, ao longo dos últimos duzentos anos, desde a nossa independência e quando se compara com o mapa, por exemplo, da Europa, desse mesmo período, o que se vê é uma transformação muito acentuada do mapa europeu. Na América do Sul, identifica-se claramente um conservadorismo das fronteiras. Isso, como eu disse antes, a meu ver, se deve ao passado, a essa percepção das elites crioulas em se manterem distantes dos conflitos europeus. A Doutrina Monroe, pelo modo como ela é negociada, também deixou sua influência. Não foi por acaso que Rio Branco, por exemplo, acolhe o Monroísmo de maneira muito peculiar, procurando também utilizar isso como uma parte de sua narrativa, sobretudo para manter longe os interesses europeus. Mais adiante, isso também colaborou para definir uma relação muito particular entre o Brasil e os Estados Unidos. Dessa forma, o Monroísmo é basicamente essa tentativa de evitar que potências alheias, estrangeiras de outras regiões do mundo, se imiscuissem em problemas internos da América do Sul.

A região, portanto, se vê beneficiária de um passado. Ela não é órfã de seu passado, ela se vê beneficiária de um passado de movimentos importantes, inclusive jurídicos. A Doutrina Drago é um exemplo disso, nascida a partir de uma pressão que sofreu o governo argentino e que depois se universaliza. Mais adiante, a própria criação da ZOPACAS que reafirma e joga para as Nações Unidas essa mesma afirmação da necessidade de manter essa região, que é uma região pacífica, como uma região preservada da influência de potências extra-regionais. Ou seja, historicamente, desde muito tempo, nós temos conseguido de um lado, criar uma dinâmica e uma tradição muito legalista que vem da nossa constituição, da formação dos Estados-nacionais da região, que também ajuda a explicar porque esses países recorrem, como há um ano e meio recorreram Chile e Peru, à solução pacífica de controvérsias. Dessa vez, levando à Corte Internacional de Justiça – e nenhum dos dois países ficou totalmente satisfeito com o resultado da Corte, mas eles resolveram pacificamente o seu problema no Pacífico – o problema da sua disputa de águas territoriais no Pacífico. O fato de nenhum deles ter ficado totalmente satisfeito indica que provavelmente foi uma decisão salomônica, uma decisão que contemplou o essencial no pleito de cada um deles. Estamos caminhando nessa direção, reforçando uma tendência. Cerca de vinte anos atrás ocorreu outro evento que os senhores se lembrarão. Eram as negociações do final do conflito entre Peru e Equador que se celebrava a partir de uma mediação na qual o Brasil desempenhou um papel também muito importante.

Ou seja, temos uma série de fatores que explicam isso, essa tradição pacífica. Um legalismo ao qual já me referi. Essa capacidade de solução, esse histórico, esse acumulado do Rio Branco que se faz na medida em que acumula, amplia o território brasileiro em cerca de 400 mil km² nas três principais contendas que teve: uma ao Sul, uma ao Ocidente, uma ao

Norte, sempre por meio de arbitragens ou negociações diretas, que é o que ele vai privilegiar. Essa forma de resolução de diferendos⁷ se estabelece como uma prática, como uma práxis nessa região. As poucas guerras interestatais, portanto, explicam a razão pela qual se vão construindo esses instrumentos, essas medidas, esse substrato, esse ambiente que favorece a construção de confiança mútua. Essa é a nossa história.

Mais recentemente, o que se observou foi a criação – e aqui eu chamo atenção especificamente para as questões da própria UNASUL – de um Conselho de Defesa da UNASUL. Isso se deveu àqueles que observam de maneira mais atenta todo o processo de integração regional e reconhecem a percepção das lideranças desta região acerca da crise pela qual passou a União Europeia, depois do ocorrido na Primeira Guerra do Golfo, onde houve um questionamento com relação ao posicionamento dos países integrantes da União. Mas foi na Segunda Guerra do Golfo, de uma maneira muito marcante, que se observou a possibilidade de ruptura do processo de integração europeu, na medida em que Grã-Bretanha e países tão importantes como Espanha e Itália se colocam de um lado; Alemanha, França e outros países se colocam de outro lado. Uns apoiando os Estados Unidos, outros não apoiando os Estados Unidos e ameaçando, portanto, colocando a nu aquilo que o Kissinger de uma maneira muito sarcástica, no início dos anos 70, dizia acerca da Europa: “Quando eu precisar falar com a pessoa responsável pela Defesa da Europa, eu ligo para qual telefone?”

Rapidamente, os europeus responderam fortalecendo a sua Política Externa e de Segurança Cooperativa (PESC), porque eles perceberam ali uma ameaça ao processo de integração. Estou me referindo a meados da década passada, há cerca de dez anos atrás. Havia essa percepção de que o próprio processo de integração poderia ser colocado em risco porque se reafirmava uma tendência, que era aquela que nós aqui acolhíamos de forma crítica, de colocar em discussão os temas militares, os temas de defesa como sendo os últimos temas, como sendo o telhado do edifício, como sendo aquilo que nós vamos discutir ao final de um processo de integração, o qual precisaria ser construído antes do ponto de vista do comércio, etc.

A resposta das lideranças políticas da América do Sul foi a de aprender com a experiência europeia e dizer não. Nós precisamos, desde logo, discutir os temas mais sensíveis, porque se nós conseguirmos nos acertar com relação aos temas de Defesa e Segurança, aqueles mesmos que depois de sessenta, cinquenta anos estão ameaçando o processo europeu, nós então conseguiremos levar adiante as outras dimensões desse processo de integração. Então existe e existiu essa percepção e foi isso que acelerou a criação de um Conselho de Defesa no âmbito da UNASUL. Este logo se ressentiu de instrumentos – como o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) – que visa justamente criar essa capacidade de reflexão sobre quais são os interesses comuns. Há uma

⁷ Diferendo: Desacordo, contestação, divergência, desentendimento.

grande diversidade, eu não preciso dizer para os senhores. Há países que defendem uma aproximação cada vez maior, por exemplo, com a OTAN na nossa região e há países que enxergam nos Estados Unidos uma ameaça a sua soberania nacional. Esses países estão na mesma América do Sul e não estou dizendo que nenhum deles tenha razão para se comportar como se comporta. Estou dizendo apenas que há uma grande diversidade de percepções sobre as questões de Segurança Nacional na região. E, justamente por perceber essa diversidade, a meu ver, de uma maneira sábia, os Ministros de Defesa decidiram criar o Centro de Estudos Estratégicos em primeiro lugar, esse que funciona em Buenos Aires e agora a Escola (a ESUDE) para tentar fazer circular informações, fazer circular pessoas entre os institutos nacionais. Esta Escola (a ESG) terá um papel decisivo nesse processo. Ela é a instituição que representa o Brasil nesse processo. Ele não se restringirá à ESG, também a EGN, a ECEME e a ECEMAR vão se somar a esse processo, mas o núcleo e a coordenação disso estarão aqui. Assim como cada um dos demais institutos nacionais.

Existe, portanto, essa decisão política em perceber a oportunidade colocada por esta janela, como dizia aqui o Prof. Brick. A nossa condição, a condição de uma região que se beneficia do passado, por ter uma prática de resolução pacífica e negociada de controvérsias, sobretudo, não exclusivamente, por ser uma região relativamente marginal nos conflitos mundiais. Isso traz benefícios, mas, ao mesmo tempo, deve conduzir a uma maior conscientização de suas riquezas, seus valores e suas fragilidades.

Os países, portanto, percebem a necessidade de promover essa cooperação, essa aproximação no campo da Defesa. Isso não se fará em poucos anos. Isso é uma obra de gerações – de décadas e não de gerações – mas isso precisa começar a ser feito e a maneira de começar é criar uma Escola, como a ESUDE, que vai funcionar um pouco como uma espécie de articulador, uma espécie de nóculo numa rede de institutos nacionais procurando buscar um equilíbrio, um mínimo denominador entre as percepções de demandas que são tão díspares entre alguns dos Estados da região. Buscando também, por isso, colocar à disposição dos doze países recursos que são escassos em todos eles, e que, portanto teriam muito mais usos se puderem ser compartilhados. No plano acadêmico é mais fácil começar construir confiança dessa maneira. Há uma série de dificuldades para levar adiante esse processo.

Quero tratar um pouco agora das questões dos desafios. Há uma ignorância muito grande mútua na América do Sul. Nós estivemos de costas uns para os outros ao longo de nossa História. A primeira reunião de presidentes da América do Sul, os senhores sabem, foi promovida pelo presidente Fernando Henrique em Brasília no ano 2000. Tem 15 anos a primeira vez em que os presidentes da América do Sul se encontraram para discutir assuntos comuns.

É fácil entender isso numa região que é marcada por dois grandes obstáculos físicos. A Floresta Amazônica é um – que faz com que uma parte Norte da América do Sul olhe muito mais para o Caribe e Pacífico, em especial para o Pacífico Norte. Por seu lado, o Brasil fica voltado pra África e, enfim o Chile, Peru e Equador voltem-se para o Pacífico. O outro obstáculo é a Cordilheira dos Andes, uma montanha de grandes proporções. O único período

histórico em que nós tivemos um mercado integrado nessa região, se estendeu entre meados do século XVII e o começo ou primeiro quartil do século XVIII, quando as minas do Alto Potosí estavam no seu auge e era possível comprar carne seca do nosso Sertão do Ceará e trigo no Sul do Chile. Tudo isso sendo vendido no Alto Peru. Potosí, na virada do século XVIII, tinha mais de 300 mil habitantes e era maior do que a maioria das cidades europeias, senão todas as cidades europeias.

Aquele foi o único período em que a América do Sul teve um mercado integrado, integrado no ritmo muito mais lento do que o ritmo atual. Por quê? Porque as dificuldades são muito importantes e a formação das nossas elites, também das elites regionais – não me refiro apenas às elites brasileiras – levava a uma vinculação de incentivos materiais, do ponto de vista logístico, por um lado, mas havia também uma vinculação psicológica, uma vinculação intelectual. Nós olhávamos muito mais para a Europa e para os Estados Unidos do que uns para os outros e, até hoje é assim, em larga medida nessa região. Então, há que romper essa tradição histórica de desconhecimento, de ignorância mútua no sentido mais profundo do termo. Nós não lemos autores sul-americanos, nós não estudamos a partir de cursos e de professores sul-americanos. Nós temos muito mais uma preocupação em entender o que estão fazendo os europeus e os americanos, os canadenses e, às vezes, os australianos, os japoneses, os chineses, do que o que estão fazendo os nossos vizinhos.

E, no entanto, nós moramos aqui, esse bairro não é muito bom. É bom lembrar que não dá pra mudar de casa. Essa casa aqui é a nossa. Então precisamos conhecer muito bem os nossos vizinhos e melhorar junto com eles o nosso bairro. Essa é a motivação do nosso processo de integração regional. Esta é a nossa condição. Isso foi dito por Bonifácio, isso foi dito por Rio Branco, isso foi dito por Nabuco, isso foi dito por Rui, isso foi dito pelos formadores da nossa política externa e tem sido assim em uma proporção um pouco diferente, também, em alguns países da região, por meio de sua tradição de política externa.

Outra dificuldade importante para se frisar tem que ver com aquela palavra que eu prometi dar-lhes sobre segurança humana. Nós temos um problema nesta região de violência social e de violência pública muito elevada. Não preciso reprisar aqui o que é a nossa Política de Defesa Nacional com respeito à destinação e ao princípio das Forças Armadas. Nós sabemos. Isso foi a minha premissa. Eu estou tratando de segurança nacional, mas, aqui mesmo no Brasil, nós temos empregado Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com muito mais frequência do que gostaríamos. Outros países da região não fazem essa diferença, simplesmente para eles questões de segurança doméstica e segurança pública são questões de segurança nacional. Isso tem a ver com a sua história. Pense na Colômbia, por exemplo. Em alguns países é terminantemente proibido empregar Forças Armadas para garantir a ordem interna. Isso ocorre na Argentina, mas também tem a ver com sua evolução histórica. Aqui eu não estou dizendo que um país esteja certo, que uma doutrina esteja certa. Por isso, a meu ver, nós não devemos falar de uma doutrina comum de defesa na América do Sul.

Eu acho que nós temos como falar na construção de uma cultura, na construção de uma identidade, até talvez seja possível construir no médio ou longo prazo uma doutrina para –

eu não diria doutrina – mas para o emprego de protocolos específicos comuns para operações discretas, para as mesmas operações. Entretanto, falar em uma doutrina comum, em uma doutrina de defesa comum é muito precoce, muito cedo para se falar e empregar esse conceito na nossa região. Agora é bom fazer esse alerta, mas ter presente que precisamos conhecer melhor as culturas de defesa, os empregos que são autorizados e os que são estimulados em cada um dos países que integram essa região.

Quando se olha para o futuro próximo, da mesma forma que se observa o que são as tendências demográficas – o aumento pela demanda de água, alimentos e energia como já mencionei – é possível deduzir que o interesse pela América do Sul aumentará. Da mesma forma, quando se olha para as questões de segurança pública, em todos os países da região, a solução desses problemas não parece estar encaminhada nem pelas demandas socioeconômicas, nem pelas políticas públicas que vêm sendo implantadas em cada um desses países. Há uma grande esperança com relação à Colômbia, que vem resolvendo pacificamente o seu problema interno, mas que terá um desafio monumental de desmobilização e de reinserção de combatentes dos dois lados – dos dois, não mais dos vários lados. Não são apenas dois lados. Ali é um conflito de profunda complexidade, mas temos aí uma agenda de difícil articulação, porque em alguns Estados a cooperação envolve um conjunto de outras agências ou de outras capacidades dos Estados-nacionais.

Uma das dificuldades da ESUDE que se constrói, e do Centro de Estudos Estratégicos, vai ser condicionar com mais clareza como se vai conduzir e como os Estados vão conduzir a sua cooperação no plano da defesa, envolvendo Forças Armadas de um lado e, de como eles vão, também, conduzir uma cooperação profunda que se intensifica, mas não com o mesmo vigor, envolvendo outros instrumentos dos Estados tais como os sistemas de inteligência, as polícias federais, a própria cooperação para o desenvolvimento, a redução da pobreza etc. Aí sim, pode-se falar de um conceito mais amplo de segurança e que está nas entrelinhas do título deste seminário.

Para concluir, penso que, ao traçar todo esse panorama, eu começo a tirar as implicações específicas para a área de Defesa.

Os desafios que se colocam são primeiro, conhecer as Políticas de Defesa e renová-las. Nesse sentido, o Prof. Brick já mencionou e eu mesmo sugeri ao novo assessor de Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa, responsável por rever os documentos – a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), – que esta Escola Superior de Guerra seja procurada para ajudar, também, neste debate. Vocês devem ser chamados para organizar algum evento até o final da primeira sessão legislativa do ano que vem, para levar adiante esse debate com a sociedade. Ele já começou, já houve eventos em Curitiba, em Florianópolis, em Porto Velho. O primeiro evento eu fiz questão que fosse em Porto Velho para poder chamar a atenção para a região da Amazônia, que ao meu ver é menos explorada do que deveria. Quando se pensa na Amazônia, as pessoas sempre se preocupam com a Cabeça do Cachorro, mas o ocidente amazônico é tão vulnerável quanto e chama menos a atenção. Eu não sei bem o porquê, mas a ideia foi começar em Porto Velho para chamar a atenção para esse fato. Já

há, portanto, um debate com a sociedade sobre o redesenho desses documentos que, no nosso caso, implicam, também, em convites aos países da região para que eles também participem, para que eles também debatam. Isso é uma maneira de se criar confiança. Um segundo desafio é que temos de conhecer melhor as Políticas de Defesa e nos aproximar, onde houver interesse dos Estados. De uma maneira cooperativa e franca, ninguém aqui está falando em processos de integração. Estamos falando em processos de cooperação no setor de defesa e, como disse antes, de construção de identidades comuns e de uma cultura de defesa comum. Uma cultura que é tributária de um passado muito interessante, muito feliz e muito exitoso do ponto de vista de se evitar guerras.

Nós temos um futuro para construir, mas nós não somos órfãos do passado. Nós temos um passado, nós temos tradições que são muito positivas do ponto de vista da proposta de hipóteses de paz e de cooperação. É isso que explica essa dimensão relativamente pacífica no plano das Relações Internacionais na América do Sul. Um segundo desafio tem a ver com o fortalecimento das instituições de integração. Essas mesmas instituições da UNASUL que foram criadas precisam se robustecer. Há um hiato entre as expectativas e as possibilidades dessas instituições.

No campo da Defesa, a UNASUL tem avançado de forma bastante robusta, célere e mais rápida do que se imagina. Setores como infraestrutura e saúde têm avançado também, mas os outros nove, dos doze Conselhos da UNASUL, inclusive aquele que trata de questões de crimes transnacionais, pode ser considerado um problema de segurança e é considerado formalmente um problema de segurança por alguns dos países da região. Entretanto, na nossa visão, deve ser tratado naquele outro Conselho e não no Conselho de Defesa. Pois bem, só que o outro Conselho não avança com a mesma velocidade. É preciso harmonizar isso, e não será uma tarefa fácil.

Deve-se ainda estreitar a relação entre indústria de defesa, entre indústria e desenvolvimento e a questão de aparelhamento, em alguns casos, ou reaparelhamento, em outros casos, das Forças Armadas da região para ampliar a autonomia. Concordo inteiramente com o que disse o Prof. Brick que nenhum país hoje, sequer os Estados Unidos, tem uma total autonomia, mas nós não podemos ser tão dependentes quanto somos. Nós sabemos o que acontece com aqueles que, Maquiavel já nos lembrava, não dispõe de armas próprias. Falham, costumam falhar, quando não faltam. Assim, é importante construir confiança, sustentar os investimentos em longo prazo, dar interoperabilidade às forças, aprofundar o envolvimento com a sociedade, como já mencionei antes.

O que eu queria, portanto, trazer para os senhores se resume nisso. Uma visão de longo prazo da visão histórica das relações de segurança dessa região, de Segurança Nacional e de Segurança Internacional no plano regional, concebida de forma tradicional e não naquele conceito amplo proposto pela OEA por boas razões, por suas razões. Essa consciência de que a região é tributária de uma experiência histórica muito relevante do ponto de vista da solução pacífica de controvérsias e que continua relativamente insulada dos conflitos internacionais e à margem dos principais processos geopolíticos internacionais é positivo e nos dá essa janela de oportunidade para robustecer as instituições.

O que há de novo desde a criação do CDS é essa consciência política que foi muito inspirada pela observação da experiência européia. A consciência de que é preciso então construir instituições, dar-lhes responsabilidades e fazer avançar o processo. É isso que está acontecendo, de uma maneira sustentada no tempo. Não vai ser um processo simples, não vai ser um processo fácil, não vai ser um processo sem avanços e recuos. Ele sofrerá, nós observaremos, atritos entre os países da região, justamente porque as relações vão se adensando e, quanto mais densas as relações entre as sociedades, maior é a possibilidade de atritos. Por isso mesmo precisa-se robustecer as instituições para que os atritos sejam resolvidos de forma negociada. A alternativa quando há atritos e não há instituições para solucionar de forma pacífica é o conflito.

Nós estamos caminhando na direção correta. Agora, é preciso perseverança e manutenção desse sentido de direção através do tempo. Esse arcabouço institucional vem avançando e contará com as críticas, sugestões e, eu penso, que a contribuição que a ESG já vem dando do ponto de vista da oferta do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL) pode ser seminal, pode ser muito importante no sentido de contribuir, para fortalecer a construção dessa cultura de defesa comum na região. A Argentina já tem um curso também assemelhado, basicamente à distância, mais modesto. Peru já promete um curso na área de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário. O Chile e a Colômbia também têm cursos que já estão sendo planejados com a ótica da América do Sul e é essa experiência, essa troca de informações, de circulação de instrutores, de colocação de currículos, de cursos e de material didático à disposição dos doze países que vai fazer com que, através do tempo, nós logremos reduzir a ignorância mútua e fortalecer esses laços de confiança e amizade que vêm marcando a História dos países da América do Sul.

Terei muito interesse em ouvir críticas, sugestões e perguntas nos debates. Muito obrigado.

Palestra do Prof. Eurico de Lima Figueiredo

Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) / Universidade Federal Fluminense

Aspectos políticos e ideológicos na América do Sul e a Defesa Nacional

Boa tarde a todos!

Gostaria inicialmente de cumprimentar o Comandante da Escola pelo convite e o General Eustáquio, do Centro de Estudos Estratégicos. Gostaria também de agradecer ao Coronel Jorge Calvário, que faz a ponte entre o meu Instituto – o INEST –, o Centro de Estudos Estratégicos e a Escola Superior de Guerra. A todos manifesto meu respeito pela atenção, consideração e cordialidade que me vêm tratando. Cumprimento a todos os presentes, na figura do meu amigo General Silva e Luna. Agradeço os aprendizados que acabei de obter com os meus colegas Eduardo Brick, também da UFF, e com meu querido Jorge Ramalho.

O tema é longo, o tema é vasto, o tema é profundo. Eu vou me permitir selecionar alguns tópicos apenas, mas seguindo aquilo que me foi solicitado. Vou desenvolver essa nossa conversação em torno desses itens e vou declinar que a minha formação básica é em Ciência Política. Tanto minha graduação como o mestrado, como a extensão em nível doutoramento foi em Ciência Política. A minha percepção, embora eu esteja ligado a questões internacionais e estratégicas, é eminentemente política. E, portanto, sinto um certo conforto na abordagem desses temas, devido à minha formação. Estou, entretanto, preocupado com o tempo disponível, se nós poderemos abranger de maneira satisfatória todos os aspectos que envolvem, pelo menos introdutoriamente, as questões propostas.

Eu gostaria, antes de começar minha exposição propriamente dita, de fazer algumas apreciações de ordem teórica e conceitual, porque, dizia Voltaire, que grande parte das conversas avança quando os termos são melhores definidos. Nós sabemos o que o interlocutor está querendo expressar pelas palavras que ele está usando. Então, estas são minhas primeiras palavras: o tema a ser abordado. “Aspectos políticos e ideológicos na América do Sul e a Defesa Nacional”. Como o tema será tratado? Nós vamos falar em política, vamos falar em ideologia. Vamos tentar expressar de que modo nós compreendemos, utilizamos esses termos, que parecem simples nas nossas conversações, desarmadas de uma armadura, por assim dizer, teórica, conceitual; e dizer como nós pensamos, como nós vemos esses termos, como nós os entendemos.

Quando falamos em política, nós estamos falando de uma relação dinâmica, estamos falando de uma tensão, estamos falando de um choque. Nós estamos falando de um choque entre aqueles que governam e aqueles que são governados; entre

aqueles que têm autoridade e aqueles que não têm autoridade. Consideramos assim a existência de dois grandes blocos, porque na verdade cada um desses blocos – governantes e governados – é invadido por paradoxos, antinomias, contradições próprias. Existem lutas entre cada um desses dois blocos, entre esses dois polos. E, portanto, isso dá ideia da complexidade do fenômeno político. O fenômeno político, portanto, tem um objeto, que é o resultado desse choque, choque de vontade, choque de objetivos, choque de interesses, que é o poder. Ou seja, o poder, na minha compreensão, é o objeto por excelência da Ciência Política.

E falando que o poder é o objeto por excelência da Ciência Política, estou querendo dizer que isso só pode ser compreendido dentro de uma visão sociológica. Ou seja, o poder não é algo que nós possamos entender de modo esquemático, de modo meramente manifesto. O político, o poder, como todo fenômeno social, é extremamente sutil; ele é extremamente permeado por diversas dimensões e camadas que dão a sua complexidade.

Quando pensamos em Estado, nós estamos pensando numa forma de organização, a mais sistemática, a mais eficiente criada pelo homem para dar expressão ao próprio poder. Então, o Estado é uma organização criada por nós, os homens, através de processos históricos, mais ou menos gerais, mas também particulares. Ou seja, nós podemos falar que tivemos, do século XVI para cá, a formação dos chamados Estados Nacionais, e esses Estados Nacionais, principalmente nas suas matrizes originais na Europa, foram ganhando caminhos singulares. Então, podemos falar em vários casos, mas todos eles apontando para a mesma formação, a mesma conformação: o surgimento de Estados Nacionais na forma mais próxima como nós os vemos nos dias de hoje.

Quando estamos tratando de Estados, nós estamos abordando também mais dois pontos. Nós estamos falando do poder, organizado, sistemático; e nós estamos falando que esse poder do Estado se organiza dentro de um espaço ou, se vocês quiserem, dentro de um território. Estamos querendo dizer também que esse poder do Estado, para que tenha seu próprio campo de gravitação, precisa ter uma força: uma força de integração. E essa força de integração é a capacidade legítima do Estado de exercer esse poder.

Outro conceito bastante importante que merece ser abordado é o da legitimidade, também bastante complexo. Pergunta-se a uma pessoa porque que ela obedece ao Estado; possivelmente ela ficará até surpresa com a pergunta. “Ué, obedeco ao Estado porque devo obedecer”. Não, não é bem assim. Obedece-se ao Estado porque se acredita nele, porque existe nessa submissão ao Estado uma adesão à ideia de que o poder é bom para o cidadão, de que o poder é eficiente para a sociedade ou porque o indivíduo simplesmente recebeu essa cultura de obediência de um passado que vem de longe, de um passado tradicional, porque seu pai o obedeceu, porque seu avô obedeceu e que, portanto, ele obedece também. Outro motivo seria sua convicção pessoal de que esse Estado tem uma racionalidade para ele, uma racionalidade que é legal e que ele compreende como tal.

Ou seja, a questão da legitimidade diz respeito à aceitação espontânea do poder, mas não é suficiente. Porque, em última instância, o poder, para ser o que é – que é sempre imposição e se é imposição é contra alguém – é contra os que estão em desobediência a ele. Em última instância, o poder se caracteriza pela força. A análise do poder arguta, a análise do poder fático, a análise do poder abrangente supõe que, em última análise, a alma mais profunda do Estado é sua capacidade de imposição da sua própria vontade.

Por que essas considerações são importantes? Porque, quando nós falamos do Estado, nós pensamos em algo que está juridicamente estabelecido. Nós temos numa sociedade democrática, por exemplo, como a nossa. Existe o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário. Esse é o Estado. É, mas não é apenas isso, porque o Estado está circunscrito a uma esfera mais complexa que o próprio poder. Ou seja, nos corredores formais do Estado, nos ministérios, nos tribunais, nas assembleias, nas câmaras, enfim nesses corredores do Estado, trafica o fenômeno do poder. Diz-se, por exemplo, que nesses três poderes citados estaria faltando um: o poder dos meios de comunicação. Só esse? Não, traficam outros poderes. Dentro dos corredores do Estado traficam outros, que não têm o título de deputado, nem de ministro, nem de juiz, mas que são importantes na consideração da análise, sob pena de nós não entendermos o Estado do ponto de vista mais importante, real, que é o social, que na verdade o Estado é.

Ou seja, existem os movimentos sociais urbanos. Existem e estão presentes com as suas pressões, fora e dentro do Estado: fora, nas manifestações; dentro, através de suas representações. Existem as entidades. Existem os sindicatos (de um lado ou de outro) patronais, dos trabalhadores. Existem os grupos de pressão. Existem as articulações de interesse. Existem as federações e as confederações. Existem as associações, por exemplo, de moradores e tantas outras, que vão gerando uma complexidade cada vez maior no processo de desenvolvimento do fenômeno do poder nos países.

Eu acho que com essa introdução – na verdade, eu acabei de dar um curso de Ciência Política I, de seis meses –, com essas brevíssimas considerações, eu apenas quis dizer a vocês que não basta nós tentarmos entender o fenômeno da América do Sul dizendo assim: “tem a Argentina, tem o Brasil, tem isso”. Não, tem muito mais do que isso. Existem conjuntos sociais (que veremos logo em seguida) que passaram, a partir de uma certa etapa do século XX, por um processo crescente de “complexificação”, que não pode ser desconsiderado nas apreciações que nós estamos aqui apresentando aos senhores.

Frequentemente me pedem também para falar sobre aspectos ideológicos, outro tema muito difícil. O que é ideologia? O termo foi inventado no século passado, por um francês chamado Destutt de Tracy⁸, porque na época estava se experimentando uma – vocês imaginem o que é o mundo no início do século XIX – transformação radical, diga-se revolucionária, na História da Humanidade. E que transformação, que revolução é essa? A Revolução Industrial, que é antecedida por outras duas revoluções que a tornaram possível: uma revolução comercial, a Revolução Comercial Burguesa, que resulta rapidamente (porque já está em plena aceleração do processo histórico) numa Revolução Financeira. É necessário frisar que aquela revolução, a Revolução Industrial, a que acelera definitivamente o processo histórico, não poderia ter sido feita sem as outras duas – a Revolução Comercial e a Revolução Financeira. Do bojo dessas revoluções, surge uma outra revolução necessária e intimamente interligada a elas: a revolução intelectual que leva à criação

⁸ Antoine-Louis-Claude Destutt, o conde de Tracy, foi um filósofo, político, soldado francês e líder da escola filosófica dos Ideólogos.

da Ciência. Criação da Ciência essa, que se dá com os trabalhos, por exemplo, de Galileu, mas que se consubstancia canonicamente nas obras de Newton, Isaac Newton.

Como era o mundo antes disso tudo acontecer – Revolução Comercial, Revolução Financeira, Revolução Industrial? Há poucos séculos atrás existia um mundo paralisado: vivia-se o mundo europeu da Idade Média, da “Grande Noite” de mil anos. A partir de determinado momento porém, o mundo entra em transformação, traz modificações impactantes na percepção dos homens e nas suas ações, nos seus sentimentos, no seu agir. Então, assim como se estava experimentando um novo *patus*, um novo método, um novo caminho de se entender o mundo à volta – como a Física, por exemplo, que modificou para sempre a história da humanidade –, passou-se a viver, a conviver, em apenas trezentos anos, com um novo mundo que se dilatava, com um novo mundo que experimentava mudança, que experimentava a transformação. Surgiu de uma hora para a outra na humanidade uma outra classe social, resultado dessa Revolução Industrial, que foi a classe operária. Em quanto tempo? Sim, em apenas um século! E que muda totalmente a história do mundo.

Ora, com o surgimento da ciência, os homens passam a querer usar também aqueles modelos, aqueles métodos, aqueles aparatos conceituais e teóricos, tentando aplicar também à sua própria vida social. Surgem as Ciências Sociais, no final do século XVIII, início do século XIX. E, assim, eu volto ao termo ‘ideologia’. Seria ela uma ciência? Uma dessas propostas de Destutt de Tracy é que se caracterize o estudo da sociedade como sendo o estudo das suas ideias, da sua ideologia. E essa acepção não avança, não vinga. Será o grande Augusto Comte, do *Cours de Philosophie Positive*, de 1832, que finalmente irá cunhar o termo que ficou conhecido para sempre – a ‘sociologia’.

O que eu quero dizer com tudo isso? Quero dizer que, os homens, no seu processo de convivência social, pensam, criam ideias, expressam sentimentos, afetos, emoções, paixões: expressam ideologias. Não vem ao caso aqui saber como isso ocorre, ou porque isso ocorre, e quais são as causas disso. Basta apenas nós constatarmos que isso existe e, portanto, quando nós falamos, quando me pedem que eu lhes fale sobre ideologia, eu sou obrigado a fazer a distinção entre uma ideologia que é ampla e outra que é restrita.

Amplamente, tudo o que nós fazemos é ideológico, porque tudo são ideias. O que nos diferencia, como seres humanos, das outras espécies? Duas coisas fundamentalmente: primeiro, nós somos capazes de usar o pensamento; segundo, nós somos capazes de transmitir o pensamento, nós criamos histórias. Tudo o que nós fazemos, portanto, é ideológico. Tudo o que nós expressamos às vezes como verdades absolutas não são verdades absolutas, mas derivam de condições do tempo e espaço em que nós habitamos no decorrer da nossa biografia e no decorrer da biografia do mundo, que é a História. Portanto, as verdades também mudam. Muda até a forma da expressão dos sentimentos. Basta apenas ver a história da poesia: aquilo que era tão expressivo há um século não é mais expressivo hoje, e nós temos que usar a nossa sensibilidade de retrospecto para entender o que era o amor do século XIX, por exemplo, e o que era amor do século XX, já agora tão perto de nós.

Então, mais uma vez eu afirmo, tudo o que nós falamos é ideia; tudo o que nós expressamos é ideia, que são geradas pela nossa própria condição de seres humanos vivendo socialmente. Mas existe outro tipo de acepção do termo 'ideológico'. Qual é a outra? É a forma estrita, organizada, sistemática. E podemos, então, falar na primeira ideologia moderna, contemporânea, como vocês quiserem, que foi a ideologia liberal. Expressava o modo de como os homens viam a nova forma de organização política, econômica, social e cultural das sociedades que estavam emergindo desse processo, o processo da Revolução Comercial, da Revolução Financeira, da Revolução Industrial. A segunda foi a contraproposta gerada a partir do século XIX, que foi uma contraproposta de se entender a realidade, que foi a socialista e a comunista. A terceira surge como uma conciliação: a proposta social-democrática. E a quarta, que surge no século XX, mas que – alguns dizem, outros não – foi colocada na lixeira da História, é o nazi-fascismo, da década de 20, 30 e meados da década de 40 do século passado. É do entorno dessas matrizes que nós retiramos a complexidade das ideologias estritas ou não, sendo que alguns dizem que elas morreram nesse sentido estrito.

Dessa forma, quando me pediram para falar sobre aspectos políticos e ideológicos da América do Sul, decidi preparar essa introdução para que eu pudesse entrar na temática com os conceitos mais claros. Quando nós falamos em América do Sul, nós falamos em algo que é concreto, que é real. É um território que eu vejo no

mapa, viajo, vejo e visito. Mas América do Sul também de uma abstração porque, ao considerar a diversidade dos povos que a habitam, eu pergunto o que é América do Sul? É uma integração? É um continente integrado? Nós somos iguais ao Equador, para onde vai meu amigo Ramalho? Nós somos iguais à Venezuela? Nós somos iguais ao Paraguai? Não, mas, no entanto, nós estamos no mesmo espaço. Ou seja, embora nós sejamos do mesmo espaço, embora, de certo modo, seja uma abstração a América do Sul, nós podemos e devemos falar como algo existente, podemos falar pelo poder da abstração, numa generalização. Existe algo que é marcadamente diferente, por exemplo, da outra América, a América do Norte, que se chama América do Sul – que tem a sua história, que tem as suas instituições, que tem as características culturais, que nós chamamos América do Sul.

Essa generalidade experimenta vários momentos no seu processo de desenvolvimento histórico. Mas eu acredito que o divisor de águas que une a todos nesse território é um determinado período que marca a passagem de uma região que se orientava por um tipo de vida, que nós podemos chamar tradicional, para outro tipo de vida, que nós podemos chamar de moderna. E isto ocorreu muito rapidamente. Especialmente em dois países diferentes, distintos, mas seguramente os mais importantes desse continente, o Brasil e a Argentina, no período de 1930 a 1935, acontece um corte, abrupto, rápido, muito rápido. Esses países eram sociedades tradicionais. Países em que, do ponto de vista das relações sociais, os papéis eram bem definidos – você é homem, você é mulher –, eram valores claros e simples. Você é mais velho, você é mais moço. A ideia da sociedade tradicional é dada exatamente pela pouquíssima diferenciação e especialização das funções e papéis.

Na sociedade moderna, ao contrário, começa a haver uma alta diferenciação e especialização das funções e dos papéis na sociedade. Então, por exemplo, como nós éramos há 85 anos? Uma sociedade que tinha os de cima e tinha os de baixo, uma sociedade sem degraus. Como nós somos 85 anos depois? Nesse período experimentamos simultaneamente várias mudanças. O que ocorreu na Europa em séculos, nós vivemos nesse curto período: Revolução Comercial, Revolução Financeira, Revolução Industrial, tudo ao mesmo tempo. Nós somos hoje uma sociedade diferenciada, extremamente especializada, com classes médias poderosas e cada vez maiores, com o contingente da classe operária forte e atuante, com uma alta

diferenciação interna do que nós podemos entender por trabalhadores – e são de diversos tipos, porque eles estão cada vez mais diferenciados e especializados.

O sistema, portanto, evolui. Traduz a ideia da modernização pela complexação do sistema social. Como nós éramos politicamente há 85 anos? Uma oligarquia. O que nós somos hoje? Um país que busca ser cada vez mais diferenciado politicamente, representativo, entendendo cada vez mais que a democracia é rotatividade pacífica do poder. Como nós éramos culturalmente? Nós éramos a cultura que Jorge Amado chamava “do suor, do cacau e do carnaval”. E somos isso hoje? Acredito que não. Não só do ponto de vista da cultura no sentido antropológico, mas no sentido da cultura no sentido do conhecimento científico.

Sei que é difícil falar de coisas boas no Brasil hoje, mas nós somos algo entre o 10º e 12º produtor de artigos científicos do mundo. Não é pouca coisa, não é pouca coisa. Entre os BRIC, se vocês observarem, entre os quatro – Brasil, Rússia, Índia e China –, nós somos o segundo maior produtor de conhecimento científico do mundo medido na forma de artigos indexados. Mais do que a Rússia, que não é pouca coisa, que era o grande país do século passado. E maior que a Índia, que tem uma estrutura que é capaz de produzir mais PhD em Física que os Estados Unidos. Não é pouca coisa.

Então, o fundamental disso tudo, desse corte, é que nesse período de tempo o Brasil se transforma: de uma grande fazenda surge uma sociedade onde existem capacidades para produzir da agulha ao avião sofisticado. Uma sociedade que é capaz de dominar tecnologias científicas, técnicas, saberes técnico-científicos, como a energia nuclear, por seu próprio esforço. Não é pouca coisa. A Argentina também alcançou resultados semelhantes, um pouco mais ou um pouco menos. O que eu quero dizer é que a América do Sul passa por um processo de modernização e desenvolvimento, que a modernização não atenta tanto para as questões relativas às modificações de corte estrutural que vão levando à formação dessa sociedade que nós vivemos hoje na América do Sul.

Eu, infelizmente, como professor, não pude viajar tanto pela América do Sul. Eu conheço mais os Estados Unidos e a Europa para onde fui convidado. Assim, eu não pude viajar tanto pela América do Sul, mas eu pude conhecer alguns países. Nos países para onde fui, observei as mesmas coisas: os desequilíbrios regionais, os desequilíbrios sociais, muito parecidos com o que nós vivemos aqui. De um lado a

riqueza e a modernidade, e de outro lado a carência, a pobreza. Do um lado, um palco como este aqui, absolutamente moderno e contemporâneo, do outro lado, bem próximo, uma sala de aula quebrada, sem nenhum apetrecho, sem nenhum conforto, sem nada. Eu acho que isso tudo é comum a todos nós.

Mas, no entanto, nós fomos capazes sim de vencer amarras que demoraram séculos para serem rompidas, que nos capturaram durante séculos, e nos distanciaram séculos dos centros mais avançados do mundo. E nesse ponto, posso apresentar um dado incrível, que é chocante: há trinta anos atrás, a diferença entre o nosso PIB e dos Estados Unidos era de setenta a oitenta vezes; hoje é sete vezes, sete vezes e meia. Com todos os erros, com todos os absurdos, com todos os descaminhos que nós enfrentamos, passamos de setenta, oitenta para sete. Ou seja, houve um desenvolvimento.

E aqui entramos na questão específica do nosso seminário – “Defesa Nacional”, “Defesa e Nação”, “Nação e Socialismo”. Brigadeiro, eu gostaria de ser chamado aqui para falar apenas sobre isso, porque, dessa forma, poderia abordar o tema de maneira mais completa. Quando abordou a questão “Defesa”, o Professor Ramalho falou: “Bom, agora se considera que defesa é tudo”. É ação contra pobreza, fome, doença, insegurança. Por falar em segurança... É outro conceito bastante ampliado. Segurança é tudo? É e não é. Voltemos ao nosso foco: no sentido que nós estamos falando aqui de defesa, nós estamos falando em defesa considerando três elementos: primeiro, a integridade do território; segundo, a integridade do povo e a expressão dos seus interesses; terceiro, a alma de tudo, que é o poder, a capacidade de ser poder, que é a soberania. Ou você tem ou você tem. Ou seja, você não é você mesmo. Você é a expressão dos interesses dos outros muito mais do que você mesmo possa ser.

E a questão da soberania, portanto, está ligada ao seu adjetivo. Não é a soberania internacional, é uma soberania da nação, que é um conceito extremamente complexo. Mas eu diria que o sentimento de nação é o sentimento de pertencimento a um determinado ser e não a outro. Não é à toa que, na etimologia da palavra, tem tanto a ideia de nascer como a ideia de família, a ideia de ninhada, de nós nos sentirmos integrados. Portanto, cada país manifesta seu direito de se conduzir de acordo com seus próprios desígnios. Assim como todo ser humano, individualmente considerado, expressa sua própria liberdade, os seres coletivos também aspiram a isso.

Eu tenho direito a ser peruano, eu tenho direito a ser equatoriano, eu tenho direito a ser argentino, eu tenho direito a ser brasileiro. Eu tenho esse direito perante a moral do mundo. Isso é nacionalismo, em certo sentido.

Eu sei que a palavra nacionalismo é muito complicada devido aos enganos e desenganos que nós tivemos no século passado. Mas eu sei que o termo é bastante cultivado, não pelos fracos, mas pelos fortes. Quem morou nos Estados Unidos, como eu morei, quem morou na Inglaterra, como eu morei, trabalhando, dando aula, estudando, sabe quão nacionalistas eles são. Se vocês forem visitar o túmulo de Napoleão, vocês vão observar que, para olhá-lo, vocês terão que se curvar, fazer uma reverência. Na Inglaterra, ao terminar as três emissões oficiais da BBC, se ouve à noite e de manhã o hino nacional. Nos Estados Unidos, não se joga nem bola de gude sem se escutar o hino nacional e a bandeira parece que é o ornamento de cada casa. Isso para não falar de poder emergente como a China, onde esse nacionalismo está na estampa de cada um que visita Pequim, por exemplo.

Quero terminar – e vocês estão vendo que eu fiz apenas uma pequeníssima introdução ao tema. Quero dizer que o momento que nós passamos neste ano está sendo muito difícil principalmente para nós brasileiros. No entanto, se estivesse aqui há cinco anos, em 2010, as apreciações não seriam essas, já que terminamos aquele ano com um crescimento de 7,5% do PIB. Ou seja, as nossas ideias, os nossos sentimentos são muito marcados pelo momento que nós estamos vivendo e que, portanto, nós devemos diferenciar em cada momento o fenômeno da conjuntura e o fenômeno do processo. Quando nós pensamos em conjuntura, nós devemos pensar em dez anos para trás e dez anos para frente. Mas quando nós falamos em processo, nós devemos pensar em cem anos para trás e cem anos para frente. O que, na época de aceleração histórica que nós estamos vivendo, é muito difícil fazer em termos de cenários prospectivos. Como será a sociedade do mundo daqui a cem anos? Às vezes se diz que não podemos pensar nem como será daqui a cinco anos, devido às inovações cada vez mais constantes.

O que eu quero dizer com isso? Quero dizer que nós devemos pensar Brasil em uma perspectiva histórica, da mesma forma como pensamos nós mesmos: o que sou agora? O que eu era há dez anos? O que é o Brasil agora e o que era o Brasil há dez anos? O que a América do Sul é agora e a América era há dez anos? Mas se nós

quisermos ver o quadro de porte mais estrutural, como é que era América do Sul há cem anos e como é que é a América do Sul hoje? Radicalmente diferente. Falei há 85 anos como era: uma grande fazenda, poder oligárquico, sociedade sem degraus, cultura marcada por exotismos como diríamos hoje – como diziam já naquela época os estrangeiros que nos visitavam: o país do carnaval, cacau e do suor. Hoje certamente não somos só isso. Nem Brasil, nem Argentina, nem América do Sul.

Então, nós temos que pensar nesse quadro geral e particular. A meu ver, a questão da Defesa Nacional está ligada às considerações relativas a cinco questões. Ela deve ser analisada dessa forma, sob pena de não podermos pensá-la com a complexidade necessária característica de sua essência, que diz respeito à capacidade de cada ser político, de cada país, ser ele mesmo. São elas:

Primeiro, há uma demanda cada vez maior, e o Brasil está expressando isso com muito vigor, pela afirmação do espírito cada vez mais republicano. Acredito que todos os escândalos que nós estamos vivendo, na verdade, são uma afirmação da *res publica*, o respeito ao público.

Segundo, o método de conviver numa república que nós queremos é a democracia, é o reconhecimento das divergências, é a busca do consenso, diminuindo o dissenso, é o reconhecimento do conflito para poder resolvê-lo.

A terceira questão que me parece comum a toda América do Sul – o Brasil nesse ponto também se destaca – é a busca do equilíbrio social, a fuga ao quadro de desequilíbrio e de diferenças, ou seja, a busca, como se diz na literatura, da justiça social. Não é possível aceitar como normal um país, que tem uma cidade com um dos maiores números de helicópteros do mundo, como São Paulo, ter o grau de pobreza que se observa numa esquina da mesma cidade. Alguma coisa está errada. A solução é difícil principalmente porque essa pobreza endêmica vem de longe, e vem principalmente da forma como nós precipitamos – no caso do Brasil – a inserção dos negros na nossa sociedade. Nós tínhamos a escravidão e, de uma hora para a outra, uma imensa massa de negros é liberta. E os ex-escravos se perguntavam: “Como eu vou viver?” A resposta que veio da sociedade foi: “Não sei, o problema é teu, vai viver na rua”. E o negro retrucou: “Mas eu tinha pelo menos uma saúde, era precária, mas eu tinha, você cuidava de mim.” E os senhores responderam: “Não, não vou cuidar coisa nenhuma.” O negro voltou a dizer: “Mas eu morava aqui, tinha moradia”. A

resposta ouvida foi: “Bom, agora você não mora mais, porque acabou a escravidão, você vai morar em outro lugar, vai morar na rua”. O negro voltou a afirmar: “Mas na fazenda pelo menos eu sabia fazer alguma coisa. E agora, tem escola para eu aprender algo novo?” A resposta final foi: “Não, não tem escola”. Assim, no caso do Brasil, a escravidão foi um ato de extrema maldade das nossas elites dominantes daquela época, que acabou por gerar não só esse problema, mas outros, que ainda estão presentes, gerando um grau de desequilíbrio. E é por isso que se fala, e aqui aproveito das palavras do professor Jorge Ramalho, que Segurança Nacional tem a ver, sim, com a própria pobreza, porque um país mais rico e mais justo se defende muito melhor e sabe muito melhor o que quer do que aqueles mais pobres e afetados pela erosão social.

Uma quarta demanda está relacionada com o que nós estamos abordando – a defesa, a soberania. Os países da América do Sul estão entendendo que são muito mais próximos entre si do que podem ser de quaisquer outros países, que têm sim algo a transacionar, sem que cada um deles negue sua soberania. Isso aconteceria por meio de um pacto, que seja racional e que seja capaz de expressar os interesses de todos, a sua própria soberania individualizada e coletiva, através de tratados regionais.

Mas o problema é mais complexo porque há outra aspiração que está em cheque. A outra demanda é: “nós queremos mais riqueza, todos nós, nós queremos mais desenvolvimento, nós queremos mais produção”. E aí, nós estamos num impasse: como procurar esta riqueza? Se nós pensarmos no debate da América do Sul há sessenta anos, nós estávamos no socialismo. Ótimo, vamos para o capitalismo. Mas qual capitalismo? Já se falava na década de 70 de um capitalismo de Estado. Seria um capitalismo nacional-desenvolvimentista? Que tipo de capitalismo?

Essa discussão, nós extinguimos e trocamos a discussão por maquiagem do tipo: temos que ter déficit fiscal zero, temos que ter inflação controlada. Claro, isso é óbvio, todo país deve ter, mas qual é o projeto de desenvolvimento que se quer? Isso está sendo discutido? Qual o tipo de desenvolvimento que nós queremos hoje no Brasil? E na América do Sul? Como se tivesse já sido dada para nós a resposta... Nós perdemos oportunidades, janelas de oportunidade, de ter o nosso carro, que era o Gurgel. Perdemos a oportunidade de ter nossa Hyundai, que era a Gradiente. Perdemos a oportunidade de ter a nossa LG, que era a Cobra.

Nesse ponto, chegamos ao quinto tópico, que é a grande janela de oportunidade de desenvolvimento: a indústria nacional de defesa, tão bem defendida pelo professor Brick. Esta é minha compreensão, a minha tese. Por que é minha tese? Bem, atualmente 3,7% do PIB brasileiro já está ligado à Defesa. A Indústria de Defesa diz respeito a um tipo de indústria que requer necessariamente uma sofisticação do saber técnico-científico, que normalmente transborda para outras áreas tecnológicas civis. Por isso (e por outros motivos também), ela é estratégica. Ela deve ser entendida como algo que você investe aqui e agora, não para colher um dólar hoje, não para colher dez dólares daqui a dez anos, mas para um colher um milhão de dólares, um bilhão de dólares, um trilhão de dólares daqui a trinta, cinquenta, cem anos. Ela investe no fundamental, que é o que está escrito por Bacon: a modernidade. Saber é poder. Esse é o tipo de indústria onde nós temos ainda condições de redirecionar e alavancar o próprio desenvolvimento.

Essa é uma tese que eu tenho recentemente defendido e que diz respeito ao fundamental da integração. Talvez o Brasil não possa fazer isso sozinho e não adianta gerar uma Indústria de Defesa se não se entende que nós temos que comprar aqui o que nós não podemos e o que não devemos comprar lá fora. Base Logística de Defesa, Brick, a meu ver, não adianta ser feita se ninguém compra. E quem vai comprar? Somente uma América do Sul forte, somente um América do Sul identificada com sua soberania e com a energia fundamental dos sonhos de ser o que é.

Muito obrigado!